

# Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho – a questão social no século XXI

Structural crisis of the capital, machinefactory, and the degradation of work  
– the social issue in the 21st century

GIOVANNI ALVES\*



**RESUMO** – O objetivo do texto é expor as novas determinações da precarização do trabalho nas condições históricas do século XXI. Deste modo, tendo em vista as determinações da crise estrutural de valorização do valor e a vigência da maquinofatura como nova forma de produção do capital, a precarização do trabalho põe-se não apenas como precarização salarial, mas precarização existencial, alterando os registros históricos da questão social no século XXI. Explicaremos, de modo sucinto, o significado dos conceitos de capitalismo global, maquinofatura, crise estrutural de valorização do valor, precarização existencial, modo de vida just in time e trabalho ideológico.

**Palavras-chave** – Trabalho. Capitalismo. Questão social. Precarização do trabalho.

**ABSTRACT** – We will discuss the new determinations of the degradation of work in the historical conditions of the 21st century. Thus, considering the determinations of the structural value appreciation crisis and the prevalence of machinefactory as a new form of capital production, the degradation of work sets itself not only as wage degradation but also as existential degradation, changing the historical records of the social issue in the 21st century. We will briefly explain the concepts of global capitalism, machinefactory, structural value appreciation crisis, existential degradation, just-in-time way of life, and ideological work.

**Keywords** – Work. Capitalism. Social issue. Work degradation.

---

---

\*Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, Livre-docente em Teoria Sociológica. Professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-Marília), Marília/SP – Brasil. E-mail: [giovanni.alves@uol.com.br](mailto:giovanni.alves@uol.com.br)  
Submetido em: outubro/2013. Aprovado em: novembro/2013.

O objetivo do texto é expor elementos categoriais necessários para o entendimento da natureza da questão social no século XXI nas condições do capitalismo global. Iremos expor um conjunto de conceitos indispensáveis para a crítica do capital numa perspectiva materialista de cariz histórico-dialético. Explicaremos, de modo sucinto, o significado dos conceitos de capitalismo global, maquinofatura, crise estrutural de valorização do valor, precarização existencial, modo de vida *just in time* e trabalho ideológico. Eles são produto de uma reflexão elaborada no decorrer dos últimos anos de entendimento do complexo de reestruturação produtiva do capital baseado no “espírito do toyotismo” e na apreensão crítica das mutações da morfologia social do trabalho e do sociometabolismo do capital nas condições de sua crise estrutural (ALVES, 2001; 2007). O entendimento do nexos essencial do espírito do toyotismo como “captura” da subjetividade nos conduziu efetivamente ao desvelamento da precarização do trabalho como precarização existencial (ALVES 2011; 2013).

Em primeiro lugar, é importante salientar o significado do conceito de capitalismo global. Nas nossas reflexões críticas, ele tem sido utilizado num sentido bastante preciso de capitalismo mundial na etapa da crise estrutural do capital. O conceito de capitalismo global implica um complexo de múltiplas determinações sócio-históricas discriminadas como sendo o capitalismo do novo complexo de reestruturação produtiva do capital sob o espírito do toyotismo ou o novo espírito do capitalismo (ALVES, 2011; BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009); ou o capitalismo da financeirização da riqueza capitalista sob a hegemonia do capital financeiro (CHESNAIS, 1996; 1998; 1995); ou ainda o capitalismo sob dominância do neoliberalismo como bloco histórico que condiciona e constrange as políticas do Estado político do capital (DUMÉNIL; LÉVY, 2011); e o capitalismo do pós-modernismo como lógica cultural permeado de irracionalidade social (JAMESON, 1996). Além disso, *the last but not the least*, capitalismo global é o capitalismo manipulatório em sua forma exacerbada tendo em vista a nova base técnica da sociedade em rede.

Nesses últimos trinta anos de desenvolvimento do capitalismo global, ocorreu a explicitação de duas determinações que consideramos fundamentais e fundantes da nova temporalidade histórica do capital: a constituição de uma nova forma de produção do capital, que denominamos de maquinofatura, e o desenvolvimento da crise estrutural de valorização do valor, que se manifesta principalmente na financeirização da riqueza capitalista e hegemonia do capital financeiro na dinâmica de acumulação de valor. Essas novas determinações estruturais postas pelo tempo histórico alteraram efetivamente a forma de ser da precarização do trabalho.

A precarização do trabalho é um traço estrutural do modo de produção capitalista, possuindo, entretanto, formas de ser no plano da efetividade histórica. Por natureza, a força de trabalho como mercadoria está imersa numa precariedade salarial que pode assumir a forma de precariedade salarial extrema ou, então, de precariedade salarial regulada. O que regula os tons da precariedade salarial é a correlação de força e poder entre as classes sociais. É, portanto, uma regulação social e política.

Entretanto, nas últimas décadas de capitalismo global ocorreram dois grandes fatos históricos que incidem sobre a forma de ser histórica da precarização do trabalho: a emergência da maquinofatura, produto das revoluções tecnológicas do capitalismo tardio, e a emergência da crise estrutural de valorização do valor, decorrente fundamentalmente do aumento da composição orgânica do capital. Nossa hipótese principal é que esses dois fatos históricos – a maquinofatura e a crise estrutural de valorização do valor –, que não se reduzem a meros fatos tecnológicos e econômicos, alteraram efetivamente os termos e modos de ser da precarização do trabalho sob o capitalismo global; inclusive, contribuindo para que ela – a precarização do trabalho – assumisse, primeiro, a caracterização de precarização *estrutural* do trabalho e depois, adquirisse o estatuto social de precarização existencial ou ainda, precarização do homem que trabalha.

## Maquinofatura

A maquinofatura como nova forma de produção do capital, produto do desenvolvimento da manufatura e da grande indústria, surgiu como determinação da base técnica do sistema de produção de mercadorias, implicando irremediavelmente a constituição de uma nova relação homem x natureza. Na perspectiva histórico-materialista, a técnica como tecnologia ou, ainda, a tecnologia como forma social da técnica, é uma mediação necessária do metabolismo social. No caso da sociedade capitalista, a base técnica do sistema produtor de mercadoria adquiriu determinadas formas sociais caracterizadas por Marx como sendo a manufatura e a grande indústria (MARX, 2013). Podemos considerá-las formas sócio-históricas no interior das quais se desenvolve o modo de produção capitalista. Entretanto, manufatura e grande indústria não são apenas categorias críticas da economia política do capital, mas categorias sociológicas que implicam um determinado *modo de controle sociometabólico* que emerge com a civilização moderna do capital.

Diz Marx, logo no início do capítulo 13 do livro I de *O capital*: “O revolucionamento do modo de produção toma, na manufatura, como ponto de partida a força de trabalho; na grande indústria, o meio de trabalho” (MARX, 1996).

Nesta pequena e interessante passagem, Marx salienta os “pontos de partida” dos revolucionamentos do modo de produção capitalista. Trata-se de uma colocação ontológica da forma de ser da produção social do capital. Como observaram anteriormente Marx e Engels, “a burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais” (MARX; ENGELS, 1998): a manufatura, ao constituir a cooperação e a divisão manufatureira do trabalho, revolucionou a força de trabalho; a grande indústria, ao instaurar o sistema de máquinas, revolucionou o meio de trabalho.

Nossa hipótese é que a maquinofatura, síntese da manufatura e grande indústria, ao pôr a gestão como nexos essenciais da produção do capital, revolucionou a relação homem-máquina. Desse modo, maquinofatura é uma nova transformação técnica da produção da vida social que alterou, nas condições da dominação da forma-capital, o controle do metabolismo social. Na verdade, o revolucionamento do modo de produção implica, *cada vez mais*, o revolucionamento do *modo de vida*, isto é, o revolucionamento de todas as relações sociais (o Marx de 1844 diria: o revolucionamento da “vida do gênero” [*Gattungsleben*] na sua forma abstrata e alienada (diz ele: “A vida mesma aparece só como meio de vida” – eis o verdadeiro sentido do trabalho assalariado).

Portanto, o ponto de partida da maquinofatura não é o revolucionamento da força de trabalho (como na manufatura) nem o revolucionamento da técnica (como na grande indústria), mas sim o revolucionamento do homem-e-da-técnica, ou o revolucionamento da própria relação homem-técnica. Para isso, constituiu-se a ideologia da gestão nas condições da rede informacional.

Enquanto nova forma tecnológica de produção do capital baseada na rede informacional, a maquinofatura colocou a necessidade da gestão como “captura” da subjetividade do trabalho vivo, nexos essenciais do toyotismo como inovação organizacional. Por outro lado, a gestão como “captura” da subjetividade do homem como trabalho vivo colocou a necessidade da produção como totalidade social (a disseminação do espírito do toyotismo pelas instâncias da reprodução social, *loci* do processo de subjetivação social).

Em síntese: toda forma de produção do capital (manufatura, grande indústria ou maquinofatura) implica, como pressuposto da base técnica, uma determinada *forma organizacional do trabalho* ou gestão e um determinado *modo de vida* adequado para a reprodução social (isso ocorre tanto na manufatura quanto na grande indústria e maquinofatura). A maquinofatura, que se constituiu a partir de uma nova base técnica (a tecnologia informacional), põe, como pressuposto efetivo, a “captura” da subjetividade da pessoa humana por meio do espírito do toyotismo, implicando, de modo intenso e extensivo, o processo de reprodução social do trabalho vivo. Desse modo, com o surgimento da

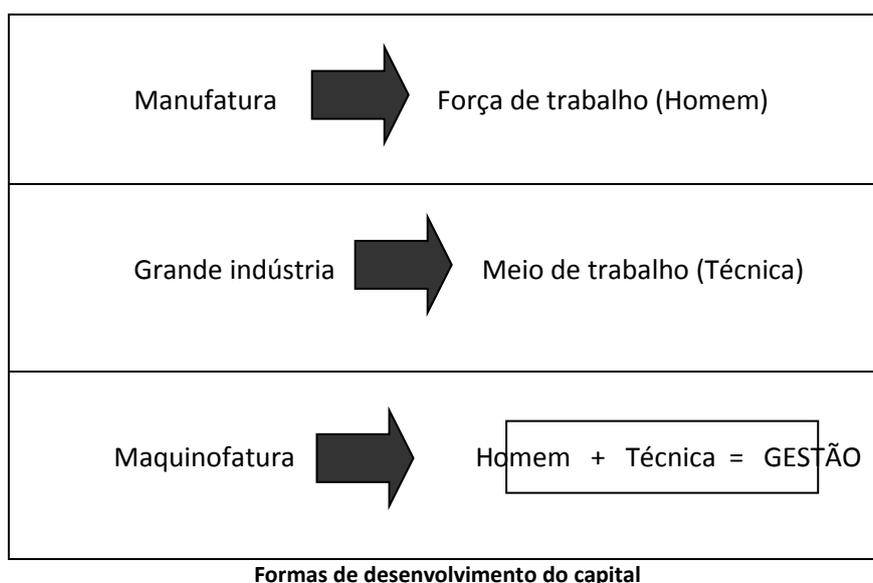
maquinofatura alteram-se os termos do estranhamento social dado pela relação tempo de vida/tempo de trabalho e pela constituição de um novo modo de vida: o modo de vida *just in time*.

Entretanto, é importante salientar, em termos ontometodológicos, que “pressuposto” quer dizer “determinação”, mas *não* “determinismo”, o que significa que a relação entre a maquinofatura (como rede informacional) e as novas formas de estranhamento social (dadas pela precarização existencial como precarização do trabalho) *não* implica um determinismo tecnológico, tendo em vista que a base técnica – no caso, a rede informacional – oferece tão somente virtualidades desenvolvidas (ou não) pelo capital como mediação da forma social historicamente determinada. Enfim, não é a base técnica que produz estranhamento social, mas sim a forma-capital e as relações sociais de produção capitalista, mediadas pela luta de classes, que fazem com que a base técnica informacional da maquinofatura ponha o toyotismo e seus nexos essenciais/organizacionais como forma organizacional adequada da produção social.

Numa sociedade emancipada do domínio do capital, a nova base técnica informacional *não* implicaria a forma organizacional toyotista com seu modo de vida *just in time*, onde tempo de vida se reduz a tempo de trabalho. Uma sociedade de produtores auto-organizados desenvolveria outras virtualidades da forma técnica, explicitando outro modo de organização do trabalho e outro modo de vida. Portanto, não é a forma técnica das novas máquinas em rede que nos fazem adoecer (provocadas pela “captura” da subjetividade do trabalho vivo), mas sim as relações sociais do capital como movimento de autovalorização do valor.

Noutras condições históricas, em que os sujeitos humanos se reapropriam das condições objetivas e subjetivas da produção social, a nova base técnica de caráter informacional contribuiria, pelo contrário, para a explicitação de uma nova humanidade mais plenamente desenvolvida, tendo em vista a afirmação da rede como base material pressuposta do em-si da genericidade humana.

A maquinofatura, como a manufatura e a grande indústria, constitui uma forma histórica de produção do capital. Numa quadra histórica radicalmente nova, a base técnica informacional em rede teria outra denominação categorial capaz de expressar o verdadeiro significado da emancipação social: o comunismo dos homens e não das coisas.



## Crise estrutural de valorização do capital

O conceito de crise estrutural de valorização põe efetivamente a *determinação da base econômica* entendida como a nova condicionalidade objetiva da acumulação de capital ou extração de mais-valia. Do mesmo modo que a posição da maquinofatura não é tão somente uma posição técnica, a posição da crise estrutural de valorização do valor não é somente uma posição econômica. O que perpassa ambas é o estabelecimento de uma nova correlação de força e poder entre as classes sociais no mundo do capital.

Por um lado, a maquinofatura instaurou um novo modo de subsunção do trabalho ao capital, o que Ruy Fausto, elaborando o seu conceito de “pós-grande indústria” (conceito homólogo ao de maquinofatura), denominou de *subsunção formal-intelectual ou espiritual do trabalho ao capital* em contraste, por exemplo, com a subsunção formal (manufatura) e subsunção real (grande indústria) (FAUSTO, 1989). Por outro lado, a crise estrutural de valorização do valor põe a necessidade irremediável de um novo patamar de desvalorização da força de trabalho como mercadoria (o que Mészáros identificará como sendo a precarização estrutural do trabalho) (MÉSZÁROS, 2002).

No tempo histórico da maquinofatura e da crise estrutural de valorização do valor, ocorreu a amplificação daquilo que denomino “condição existencial de proletariedade” (ALVES, 2007; 2013), que implica – nas condições ideológicas vigentes do capitalismo manipulatório que obstaculiza a formação da consciência de classe – *não* o surgimento da “classe” como sujeito histórico, mas sim a emergência da “multidão” e do “povo”.

Na medida em que se põe a crise estrutural de valorização do valor, a precarização do trabalho aparece como *precarização salarial* com suas implicações no emprego, carreira, salário e condições de trabalho. É o que explica a *nova precariedade salarial* com a vigência do trabalho flexível alterando as condições do estatuto salarial (contratação salarial, remuneração e jornada de trabalho). Ao mesmo tempo, na medida em que se põe a maquinofatura, a precarização do trabalho aparece também como *precarização existencial*, tendo em vista que a gestão da nova relação homem-natureza alterou, de modo qualitativamente novo, o metabolismo social do sujeito que trabalha, considerando a tecnologia informacional e a adoção do sistema toyotista de produção; isso significa que o método *just in time/kanban* e a autonomia como disposição anímico-motivacional do trabalho vivo nos locais de trabalho das empresas capitalistas reestruturadas contribuíram para o aumento, em intensidade e amplitude, da carga ideológica e pressão pelo cumprimento de metas e resultados (ela não diz respeito apenas à produção, mas à totalidade da vida social, o que significa o surgimento do modo de vida *just in time*).

## Modo de vida *just in time*

Para que possamos entender o significado do conceito de “modo de vida *just in time*”, é importante apreender o significado do método *just in time/kanban* na ótica da gestão toyotista. Por exemplo, para Taiichi Ohno, ideólogo do toyotismo, o *just in time* significa que, em um processo de fluxo da produção industrial, as partes corretas necessárias à montagem alcançam a linha de montagem no momento em que são necessárias e somente na quantidade necessária. Eis a lógica do *just in time*: a produção a tempo certo. Para Ohno, uma empresa que estabeleça esse fluxo integralmente pode chegar ao estoque zero. Além disso, por trás do princípio do estoque zero existe a vigência da empresa enxuta (*lean production*). Estoque zero exige necessariamente, na ótica do capital, a redução da força de trabalho na planta industrial (OHNO, 1997).

Mas Ohno constatou que “é muito difícil aplicar o *just in time* ao plano da produção de todos os processos de forma ordenada. Uma falha na previsão, um erro no preenchimento de formulários, produtos defeituosos e retrabalho, problemas com o equipamento, absenteísmo – os problemas são

incontáveis”. E conclui: “Portanto, para produzir usando o *just in time* de forma que cada processo receba o item exato necessário, quando ele for necessário, e na quantidade necessária, os métodos convencionais de gestão não funcionam bem”. Enfim, o *just in time* como revolucionamento da produção de mercadorias implica um novo método de gestão da produção.

Taiichi Ohno tentou resolver o problema do *just in time* repensando o fluxo de produção e instaurando um novo método de gestão onde o fluxo de produção ocorreria na ordem inversa: um processo final vai para um processo inicial para pegar apenas o componente exigido na quantidade necessária no exato momento necessário. Na verdade, Taiichi Ohno descobriu que o segredo do *just in time* é efetivamente a *comunicação*, isto é, indicar claramente o que e quanto é preciso de peças no processo de produção, criando, desse modo, um *quadro de sinalização* capaz de controlar a quantidade produzida – ou seja, a quantidade necessária (nesse caso, a comunicação se reduz a quadro de sinalização).

Portanto, o sistema Toyota possui dois pilares: a autonomia e o *just in time/kanban*, onde *just in time* é o sistema; *kanban*, o método [de comunicação] e a “autonomia”, a *disposição anímica* [o trabalho vivo] (CORIAT, 1994). Noutros termos: o método do sistema *just in time* reside na *comunicação reduzida a esquema de sinalização das necessidades da produção*; e como pressuposto indispensável do sistema *just in time* e do próprio método *kanban*, teríamos a autonomia como *disposição anímica do trabalho vivo em colaborar*. Eis o significado ontológico das categorias do ohnismo.

Os parâmetros do espírito do toyotismo inscrito no sistema/método *just in time/kanban* e na autonomia – isto é, *produção enxuta, comunicação instrumental e colaboração do trabalho vivo* – se reverberam na totalidade social, tornando imprescindível, nesse caso, a formação de sujeitos humanos (trabalho vivo) com *disposição anímica para colaborar*, requisito necessário da autonomia na produção capitalista.

Nossa hipótese é que o modo de vida *just in time* implica maior carga de pressão no plano psíquico do homem-que-trabalha, tendo em vista que ele opera o fenômeno da *vida reduzida*. Na medida em que a produção toyotista torna-se totalidade social, ela impregna a vida social de elementos valorativos do produtivismo capitalista. O trabalho abstrato, que nasce na fábrica, dissemina-se pela sociedade burguesa. Por isso, temos salientado que, nas condições do capitalismo global, a extensão do trabalho abstrato pela vida social, com as formas derivadas de valor, promovem o fenômeno da “vida reduzida” (ALVES; VIZZACCARO-AMARAL; MOTA, 2011).

A “vida reduzida” impulsionada pelo modo de vida *just in time* é antípoda à “vida plena de sentido” (Lukács) que o homem-que-trabalha é incapaz de ter no sistema social do capital (HOLZ, H., KOFER, L. e ABENDROTH, W., 1969). Com a vida reduzida, o capital avassala a possibilidade de desenvolvimento humano-pessoal dos indivíduos sociais, na medida em que ocupa o tempo de vida das pessoas com a lógica do trabalho estranhado e a lógica da mercadoria e do consumismo desenfreado. A “vida reduzida” produz homens imersos em atitudes (e comportamentos) “particularistas”, construídos (e incentivados) pelas instituições (e valores) sociais vigentes. Por isso, as condições de existência social que surgem do metabolismo social do trabalho reestruturado no capitalismo global, contribuem para a exacerbação do fenômeno do “estranhamento” na sociedade burguesa.

## Vida reduzida

A vida reduzida significa vida veloz, sinalizada, enxuta, capturada e invertida. Essas são as suas características fundamentais nas condições do modo de vida *just in time*. A vida reduzida é vida veloz na medida em que a produção em rede, utilizando tecnologias informacionais sob os requisitos da gestão toyotista, intensifica o movimento de rotação do capital e, por conseguinte, o processo de produção como totalidade social. Nas condições de crise estrutural de valorização do valor, exacerba-se a ânsia de valorização do capital, incrementando-se o movimento de rotação dos circuitos de valorização do valor.

Ocorre o que I. Mészáros denominou de aumento da taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias ou ainda o que David Harvey denominou de compressão espaço-tempo (MÉSZÁROS, 2002; HARVEY, 1992). Na medida em que se constitui a sociedade em rede, a subsunção da totalidade social à produção do capital torna-se subsunção real. O aumento da produtividade do trabalho na produção de mercadorias se reverbera no aumento da velocidade dos circuitos vitais do organismo social.

Ao mesmo tempo, a vida reduzida é vida *sinalizada* (avaliada e qualificada) na medida em que estamos diante não apenas da suposta “sociedade da comunicação”, mas sim da sociedade da comunicação-reduzida-a-sinalização, tal como ocorre, por exemplo, no *kanban* como método da gestão toyotista. Na sociedade midiática formada por redes, a comunicação contém um elemento de sinalização de procedimentos e requerimentos instrumentais que envolvem irremediavelmente o sujeito. Essa é a nova tessitura da ideologia da comunicação e, ao mesmo tempo, a comunicação da ideologia como sinais/marcas capazes de manipular a subjetividade do trabalho vivo, não apenas no plano da produção, mas principalmente no plano da vida cotidiana.

A vida reduzida é vida *“capturada”* na medida em que ocorre a introjeção de valores-fetiches do capital no sujeito que colabora. Na verdade, o tráfico social está assediado por imagens-valores que, como fetiches, se impõem à subjetividade de homens e mulheres que trabalham. A sociedade em rede é a sociedade do poder da ideologia que opera no plano da subjetividade humana. Lukács denominou o capitalismo tardio de capitalismo manipulatório (HOLZ, H., KOFLER, L. e ABENDROTH, W., 1969). A vida *“capturada”* é a vida manipulada intensa e extensivamente nas mais diversas esferas da vida social. A propaganda e o marketing, as imagens do desejo que permeiam os meios de comunicação de massa, as interpelações linguísticas que plantam novos conceitos no universo locucional (por exemplo, trabalhador é colaborador), visam a *“capturar”* a subjetividade do homem-que-trabalha.

Entretanto, é importante observar que o termo *“captura”* encontra-se entre aspas, tendo em vista que o processo de *“captura”* é intrinsecamente contraditório e virtual no sentido que não ocorre efetivamente uma captura (uma vida efetivamente capturada é a própria morte). Portanto, o sujeito que colabora debate-se, consciente ou inconscientemente, consigo mesmo, resistindo a sua própria desefetivação humano-genérica. O sujeito que colabora nas condições da nova precariedade salarial com suas candentes contradições sociais está clivado de conflitos interiores. Como iremos verificar adiante, o espírito do toyotismo que *“captura”* a subjetividade é um espírito farsesco onde a farsa é o modo de o capital lidar com suas contradições vivas (liberdade é escravidão; guerra é paz; qualidade total é desperdício total, etc.).

A vida reduzida também é vida *“vida enxuta”* na medida em que a vida das pessoas humanas *tende a* se reduzir às partes necessárias à *“montagem”* das exigências sistêmicas. No modo de vida *just in time*, o tempo de vida reduzido a tempo de trabalho estranhado promove a vida enxuta. O sentido da instrumentalidade se impõe àqueles que organizam o seu tempo disponível: *“Eu faço não o que me dá fruição de vida, mas o que tem utilidade para minha carreira profissional”*. O tempo de vida é reduzido às atividades necessárias à carreira profissional e aos requerimentos alienados de consumo e *status* social. A vida enxuta é permeada do pragmatismo existencial onde os requerimentos valorativos do trabalho estranhado invadem o tempo livre ou tempo disponível para si, reduzindo o tempo para relações com amigos e familiares. Por outro lado, como reação à lógica da vida enxuta, algumas pessoas escolhem, como antípoda ao pragmatismo existencial e sua instrumentalidade esvaziada de sentido, a mera fruição descompromissada, afirmando o que Paul Lafargue denominou de direito à preguiça, isto é, a vida à toa (LAFARGUE, 1978).

**O fenômeno da vida reduzida**

Vida veloz
Vida sinalizada
Vida enxuta
Vida “capturada”
Vida invertida

Finalmente, a vida reduzida é *vida invertida* na medida em que o processo inicial do fluxo vital, como diz Ohno, vai para o processo final, ou seja, o tempo futuro reduz-se ao tempo presente, instaurando-se a presentificação crônica, a redução/inversão dos tempos de formação humana (infância e adolescência) ao tempo de afirmação no sentido sistêmico (vida adulta) – o que talvez explique a morte da infância e a cronificação da juventude. A compressão espaço-tempo é também compressão geracional no sentido de aceleração do desenvolvimento nas condições de descartabilidade (o que Mészáros denominou de aumento da taxa de utilização decrescente dos valores de uso, com homens e mulheres reduzidos a forma-mercadoria força de trabalho). A cronificação da juventude ou o seu alongamento cronológico é, em si, um modo de aboli-la como construção social. Nas condições da nova precariedade salarial, a passagem para a vida adulta torna-se um problema civilizatório. Nas sociedades capitalistas mais avançadas, os pilares da socialização adulta (emprego com carreira profissional, família como realização pessoal e consumo como fruição vital) estão corroídos pela impossibilidade do sistema produtivo do capital incorporar, de modo produtivo, o contingente de jovens altamente escolarizados. O precariado é camada social do proletariado que expõe os limites radicais da reprodução social no mundo do capital. Esta é uma das contradições candentes da ordem burguesa hipertardia, como nos diz I. Mészáros no livro *Para além do capital* (2003).

**O capital e as contradições vivas do modo de vida *just in time***

A organização do modo de vida *just in time* contém contradições vivas que tendem a negar irremediavelmente a lógica do sistema toyotista. Eis a lógica do capital e suas contradições vivas. O que significa que o espírito do toyotismo como espírito farsesco articula categorias intrinsecamente contraditórias. Por isso, o sujeito que colabora é o sujeito que se frustra ou o sujeito que adocece. No capitalismo flexível, tudo flui e nada flui como deveria fluir. O modo de vida *just in time* convive, por exemplo, nas metrópoles, com o acúmulo de veículos que provocam o caos urbano na circulação de pessoas e mercadorias. A crise urbana é a crise do *just in time* que se torna uma idealidade farsesca. O esgotamento da automobilidade provoca estresse nos sujeitos que colaboram (alonga-se a jornada de trabalho com os trajetos estressantes de ida e volta). O paradoxo do modo de vida *just in time* torna-se candente na medida em que se intensifica a produção (vida veloz) e paralisa-se a circulação (crise urbana). Ao mesmo tempo, o sujeito que colabora se estressa com a intensificação da manipulação visando à produção de necessidades supérfluas (vida “capturada”), sendo interpelado, com recorrência, para aquisitividade de mercadorias. O tempo de vida torna-se perversamente tempo de consumo manipulado como consumismo. Entretanto, a nova precariedade salarial, que reduz a capacidade aquisitiva das massas assalariadas, interverte sujeitos que colaboram em sujeitos que se frustram. A colaboração torna-se um mero simulacro do consentimento espúrio mediada por um dos afetos regressivos da alma humana: o medo.

Portanto, na medida em que o espírito do toyotismo disseminou-se na vida social, o modo de vida impregnou-se da lógica do sistema/método de produção, tendo em vista que a própria circulação, distribuição e consumo tornaram-se elementos compositivos da produção em geral. Assim, o modo de vida incorporou a lógica sistêmica da produção de mercadorias e ocorreu a disseminação de formas

derivadas de valor na vida social, incorporação/disseminação radicalmente contraditórias na medida em que existe, como salientamos acima, incongruências ontológicas entre as esferas da vida e as sistêmicas. A dimensão farsesca contamina as categoriais sociais do capitalismo flexível. O que significa que o conceito de modo de vida *just in time* contém uma tensão contraditória intrínseca à produção do capital entre trabalho estranhado e vida humana.

Na verdade, a organização do trabalho flexível e o modo de vida *just in time* nas condições do capitalismo farsesco significam o aprofundamento do fenômeno do estranhamento para individualidades pessoais implicadas no processo social de produção do capital, uma dimensão aprofundada do estranhamento caracterizada por uma intensa carga de pressão psíquica que contribui para o adoecimento do homem-que-trabalha (o que discutimos no livro *Dimensões da precarização do trabalho*) (ALVES, 2013).

Este aprofundamento do estranhamento devido ao aumento do risco e periculosidade como um dos traços da condição de proletariedade moderna é decorrência da transgressão do fluxo vital reduzido a fluxo de produção de mercadorias. Nesse caso, temos um elemento da precarização existencial que possui como núcleo orgânico, a precarização do homem-que-trabalha, homem manipulado submerso na vida reduzida.

## A ideologia da gestão

A *gestão* é efetivamente um ato ideológico. Ideologia é tudo aquilo que exerce um efeito sobre a subjetividade do homem. Para nós, utilizando a primeira tópica freudiana, a subjetividade do homem implica consciência, pré-consciência e inconsciência. A sociedade do capitalismo tardio é a sociedade do poder da ideologia onde se disseminam os valores-fetiches, sonhos, expectativas e valores de mercado. A gestão como prática ideológica opera a “captura” da subjetividade, possui um efeito ideologicamente estressante sobre a subjetividade do homem-que-trabalha, corroendo a dimensão do ser genérico do homem como espécie – esta é a precarização do homem-que-trabalha.

A precarização existencial não se reduz ao estresse ideológico provocado pela precarização do homem como ser humano-genérico, mas diz respeito também à degradação das condições de existência do trabalho vivo no território das metrópoles e nos espaços públicos de desenvolvimento humano, isto é, as condições da reprodução social como circulação, territorialidade, consumo e lazer. Na verdade, com a vigência do novo modo de desenvolvimento capitalista (o capitalismo flexível) e o bloco histórico do capital de feição neoliberal, a ideologia do mercado se dissemina. A crise estrutural de valorização do valor e a aceleração do circuito de valorização do capital opera a extensão das formas derivadas de valor que transfiguram as atividades sociais em modos de trabalho abstrato virtuais. O trabalho abstrato virtual invade as mais diversas instâncias da atividade laboral – da indústria aos serviços e administração pública (ALVES, 2013).

Existe uma base material para a operação da ideologia de mercado nas condições do capitalismo neoliberal: a predominância pressuposta da forma-mercadoria. Só uma sociedade predominantemente mediada pela forma-mercadoria propicia a vigência da ideologia neoliberal, que, por conseguinte, impregna a totalidade social com o fetichismo da mercadoria e formas derivadas de valor/trabalho abstrato virtual. A expansão da forma-valor para atividades humanas estranhas à lógica da produção do capital as transforma em atividades “produtivas”, impregnando-as com determinações da alienação/estranhamento próprias do trabalho estranhado. Por isso, o reforço da interconexão orgânica entre trabalho e vida estranhada com impactos na subjetividade (mente e corpo) do homem-que-trabalha.

A disjunção da precarização do trabalho em *precarização salarial* e *precarização existencial*, tendo esta última, como núcleo orgânico, a precarização do homem-que-trabalha – é meramente heurística. A rigor, uma implica a outra. Na medida em que ocorre a precarização do trabalho vivo como

força de trabalho-mercadoria (precarização salarial ou precarização das condições de exploração com a nova precariedade salarial), ocorre também a precarização do trabalho vivo como ser humano-genérico (precarização das condições de existência humana no âmbito da objetividade-subjetividade/intersubjetividade do homem-que-trabalha). E vice-versa – por exemplo, a precarização da consciência humana (certeza de si, percepção e entendimento) e o processo de dessubjetivação de classe tem um impacto na capacidade de luta de classe, elemento-chave para a correlação de forças entre capital e trabalho no enfrentamento visando à demarcação das condições salariais (condições de venda e uso da força de trabalho). A precarização do homem-que-trabalha é efetivamente a precarização da consciência humana, traço definidor do ser genérico do homem, distinguindo-o de outras espécies animais.

## O trabalho ideológico

Numa sociedade humana mais desenvolvida, o setor de serviços amplia-se, tornando-se atividade laboral predominante. Na verdade, a vigência da maquinofatura ocorre nas condições da sociedade de serviços ampliados, onde o trabalho ideológico como modo predominante de trabalho concreto caracteriza a maioria das atividades laborais no capitalismo desenvolvido. O trabalho ideológico é o trabalho que implica uma ação comunicativa sobre outros homens e inclusive sobre si mesmo. Por exemplo, o trabalho do professor, o trabalho do assistente social ou mesmo o trabalho do juiz são essencialmente exemplos de trabalho ideológico na medida em que exercem uma ação ideológica sobre outros homens e sobre si mesmos (o grau de envolvimento da subjetividade no trabalho ideológico é superior às formas de trabalho concreto onde o sujeito que trabalha exerce uma ação apenas sobre a matéria-prima visando à produção de valores de uso propriamente dito).

O trabalho ideológico é um modo de trabalho concreto que surge com o processo civilizatório (como trabalho concreto nas condições do modo de produção capitalista pode assumir a forma de trabalho abstrato, tornando-se trabalho ideológico com implicação estranhada). Ele possui uma peculiaridade crucial: o trabalho ideológico, na medida em que implica uma ação social sobre o outro e sobre si mesmo, envolve (e estressa nas situações de implicação estranhada), a subjetividade do sujeito que trabalha.

Tendo em vista o processo civilizatório que amplia as atividades preparatórias da produção e reprodução social, o trabalho ideológico tende a permear/impregnar as múltiplas atividades laborais no capitalismo tardio – não apenas nas atividades de serviços, mas nas atividades industriais sob a gestão toyotista (por exemplo, o *kanban* e a autonomomação são dispositivos ideológicos que operam ações comunicativas nas equipes de trabalho da fábrica toyotista). Desse modo, a gestão como prática mediativa da nova forma de produção do capital (a maquinofatura) é essencialmente trabalho ideológico que possui um sentido estranhado na medida em que implica a racionalização de meios instrumentais visando à obtenção de fins estranhos às necessidades sociais e carecimentos radicais dos sujeitos humanos. A gestão como doença social, como diria Vincent de Goulejac, possui efetivamente um sentido ideológico que estressa o sujeito que colabora (GOULEJAC, 2007). Na verdade, o trabalho ideológico impregna a materialidade imaterial da maquinofatura (alguns denominam de “trabalho cognitivo”, termo inadequado, pois esteriliza o sentido incisivamente ideológico da ação comunicativa no capitalismo flexível).

## Dimensões da precarização e questão social no século XXI

A questão social que surgiu na Europa Ocidental do século XIX, designando o fenômeno de pobreza material crescente entre os membros da classe operária, se põe, historicamente, num primeiro momento, como dizendo respeito à condição da exploração e desigualdade social originária de amplos contingentes da classe operária industrial excluída da participação na riqueza social. Ela surge nos primórdios do capitalismo industrial no século XIX com a classe trabalhadora alienada dos produtos de consumo da civilização capitalista emergente. Naquela época, os trabalhadores assalariados não eram sujeitos de direitos. A precariedade salarial originária assumiu formas extremas, desreguladas e articuladas, no núcleo mais dinâmico da acumulação, com modos de espoliação de homens, mulheres e crianças. A indústria era o polo da brutalidade salarial, onde vigorava o trabalho degradante, trabalho infantil por extensas jornadas de trabalho com remuneração abaixo da linha de subsistência. A pobreza expressava, naquelas condições históricas, o modo de exploração intensiva e extensiva da força de trabalho, constituindo aquilo que denominamos de *primeira geração da precarização do trabalho*.

Desse modo, o capitalismo industrial nascente trouxe em seu seio, de forma explícita, a degradação da pessoa humana, tendo em vista que segregou massas proletárias vindas do campo em bairros operários vivendo em condições indignas. O capitalismo industrial originário criou a pobreza social. Toda a classe operária proletarizada e empobrecida pela concorrência era reconhecida como sendo o proletariado. Não havia, no século XIX, direito do trabalho e organização sindical capaz de negociar melhores salários e condições de trabalho. Enfim, a questão social como a contradição radical entre capital e trabalho confundia-se com a questão da revolução social.

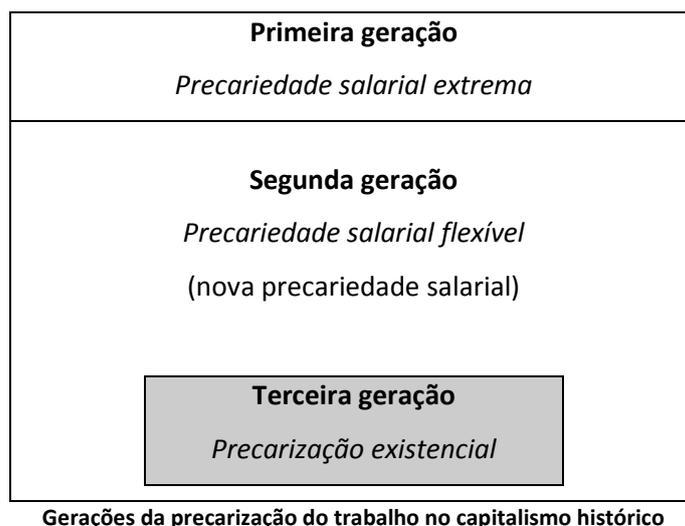
Entretanto, o caráter da questão social alterou-se – ou pelo menos adquiriu um conteúdo mais complexo em sua dinâmica social e política – com o desenvolvimento do capitalismo monopolista e a vigência da mais-valia relativa, que permitiram que o sistema de produção, no caso dos países capitalistas imperialistas, sob pressão política e social, pudesse redistribuir riqueza e garantir, para um contingente organizado e com poder de barganha, melhores condições de trabalho e padrão de vida. Desse modo, com a redução da pobreza social nos países capitalistas mais desenvolvidos por meio de políticas sociais e a regulação social e política do emprego assalariado (a legislação trabalhista e a instituição da negociação coletiva) nos países imperialistas no decorrer do século XX, o sentido da precarização do trabalho se alterou. Trabalho precário tornou-se o trabalho informal, sem direitos, trabalho considerado atípico e degradante. O próprio conceito de “trabalho decente” da OIT incorporou a mudança de sentido de precariedade salarial: trabalho decente é o trabalho regulado, isto é, trabalho com direitos.

Ao alterar o significado de trabalho precário, instaurou-se o que denominamos de *segunda geração da precarização do trabalho*. Desse modo, precarização do trabalho significou a corrosão do estatuto salarial regulado, “retornando” à forma originária de exploração, onde vigorava a primeira geração da precarização do trabalho em sua forma de precariedade salarial extrema. Ao utilizarmos o termo “retorno”, utilizamo-lo apenas no sentido figurado, porque a rigor não é um retorno. A precariedade salarial extrema nas condições do capitalismo desenvolvido possui um sentido mais degradante que as primeiras modalidades históricas de exploração do trabalho, tendo em vista o patamar de desenvolvimento civilizatório e o alto grau de desenvolvimento da força produtiva social do trabalho. O estranhamento tornou-se mais agudo e profundo com a precarização salarial nas condições do capitalismo mais desenvolvido, ou capitalismo da alta produtividade do trabalho.

Na era de ascensão histórica do capital, a adoção da legislação trabalhista e do Direito do Trabalho com capacidade fiscalizadora do Estado e políticas sociais, reduziram-se ou marginalizaram-se, no âmbito da exploração e acumulação de capital, as formas primitivas ou espoliativas de precarização do trabalho. No caso de algumas indústrias, cadeias produtivas que utilizavam, por exemplo, formas degradadas de trabalho, muitas delas na agricultura ou em regiões mais atrasadas, se deslocaram para regiões periféricas do mercado mundial, onde tais práticas desumanas eram permitidas ou invisíveis. As relações imperialistas permitiam a exportação de formas primitivas que nunca deixaram de existir na

civilização burguesa desenvolvida; afinal, o capitalismo histórico desenvolveu-se, pondo e repondo modos históricos de precarização do trabalho e formas de precariedade salarial constituídas por um espectro de situações concretas que abarcavam da precariedade extrema à precariedade regulada.

Na verdade, os modos de precariedade salarial tornaram-se mais complexos na mesma medida em que se alterava a capacidade de luta de classes em colocar obstáculos à sanha de exploração do capital. Por isso, hoje, mais do que nunca, presenciemos uma diversidade nas situações de precariedade salarial no mundo do trabalho, articulando formas arcaicas – postas como atípicas – e formas modernas de exploração da força de trabalho (a precarização do trabalho, desse modo, aparece como a tipificação do atípico nas condições do capitalismo monopolista mais desenvolvido).



### A nova precariedade salarial e a terceira geração da precarização do trabalho

O mundo social do trabalho sempre foi constituído por um complexo heteróclito de situações de trabalho cujo traço originário era a insegurança e contingência, características marcantes da condição existencial originária de proletariedade. A pobreza social é um traço ontogenético da civilização do capital. Mas, como salientamos, a vigência da mais-valia relativa alterou profundamente a forma de ser da exploração (NICOLAUS, 2006).

Com a luta social e política da classe trabalhadora na última metade do século XIX e primeira metade do século XX, ampliaram-se para o mundo do trabalho organizado os direitos econômicos e sociais cuja efetividade nas condições da época de ascensão histórica do capital não comprometia a acumulação de riqueza capitalista. Na primeira metade do século XX, a pobreza social reduziu-se nos países imperialistas. O aumento da produtividade do trabalho, a luta organizada dos trabalhadores e a ação política do Estado permitiram, por exemplo, a conquista da redução da jornada de trabalho, melhores salários e condições de trabalho nos países capitalistas mais desenvolvidos.

A posição imperialista nos países capitalistas centrais permitiu o surgimento de uma aristocracia operária. Entretanto, a melhoria do padrão de vida da classe trabalhadora organizada não impediu que nos países capitalistas mais desenvolvidos um contingente da classe trabalhadora não organizada, constituída por imigrantes, em sua maioria ou negros, ficasse numa situação de pobreza, sob condições de precariedade salarial extrema. O que significa que, mesmo na época de ouro do capitalismo fordista-keynesiano, o mundo do trabalho possui um contingente não desprezível de trabalhadores assalariados em situação de precariedade salarial extrema imersos na pobreza e alienados do Welfare State.

Nas últimas décadas do século XX, a partir da crise estrutural do capital, a segunda geração da precarização do trabalho, ou precarização salarial propriamente dita, que se distingue, por exemplo, da precarização originária do trabalho vinculada à forma de precariedade salarial extrema, ampliou-se nos países capitalistas centrais. Nos últimos trinta anos de capitalismo global, a precariedade salarial regulada convive com formas atípicas de salariato que se impõem por conta do novo regime de acumulação flexível. Surgiu uma nova pobreza social. O que era padrão típico de exploração da força de trabalho, tendo em vista as circunstâncias da concorrência mundial, interverteu-se numa atipicidade inadequada à nova condição de crise de valorização do capital.

Ao mesmo tempo, por conta da nova forma de produção de capital – a maquinofatura –, instaurou-se uma nova dimensão da precarização do trabalho como precarização existencial, tendo em vista que, na sociedade em rede, cada vez mais, o trabalho estranhado como trabalho abstrato invade a vida social, impregnando a totalidade social *de formas derivadas de valor*, promovendo a redução do tempo de vida a tempo de trabalho<sup>1</sup>.

Pode-se dizer que, desse modo, emergiu uma *terceira geração de precarização do trabalho* no bojo da nova precariedade salarial flexível, que não se reduz à corrosão do estatuto salarial (o que caracteriza a segunda geração de recriação do trabalho), mas sim que diz respeito à precarização do homem como ser genérico e precarização das condições de existência humana numa etapa mais desenvolvida do processo civilizatório, caracterizado pela redução das barreiras naturais. Portanto, a degradação da pessoa humana assumiu novas dimensões no sentido de que a exploração da força de trabalho e a espoliação do trabalho vivo ocorrem na etapa mais desenvolvida da civilização do capital (o que distingue, por exemplo, a degradação da pessoa humana nas condições da primeira e segunda geração da precarização do trabalho – afinal, toda forma de precarização do trabalho, em qualquer época histórica, significou degradação da pessoa humana).

A problemática crucial da questão social no século XXI é a explicitação da notória contradição do capital entre desenvolvimento das capacidades humanas e degradação da personalidade humana. Na época histórica em que a pessoa humana adquire maior efetividade civilizatória, pelo menos no campo objetivo de possibilidades de desenvolvimento de seus atributos essenciais (individualidade, subjetividade e alteridade), ocorre o reforçamento, por conta da crise estrutural de valorização do capital e a instauração da maquinofatura, dos obstáculos ao desenvolvimento da personalidade humana, aprofundando-se, pelo contrário, sua situação de degradação manipulação.

Portanto, com a nova temporalidade histórica do capital, repõe-se com vigor a questão social que aparece não apenas como a exposição da nova precariedade salarial, onde a precarização do trabalho torna-se um elemento estrutural da ordem mundial do capital, mas com a explicitação no interior do novo metabolismo social do capital, da precarização das condições de existência humana adequadas à nova etapa de desenvolvimento civilizatório ou redução das barreiras naturais. A questão social expõe-se também como questão humana no sentido lato. A nova pobreza social explicita-se como pobreza espiritual no sentido da desefetivação humano-genérica (é o que denominamos de barbárie social).

Portanto, a era da barbárie social repõe a questão social propriamente dita, dando-lhe novas dimensões que expõem os próprios limites do capital como força civilizatória. Não se quer dizer que o capital perdeu sua força civilizatória, mas sim de que ela – a força civilizatória do capital – reduziu-se irremediável e terrivelmente no sentido de explicitar plena e radicalmente seus limites históricos.

## Referências

- ALVES, Giovanni. *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho no capitalismo global*. Bauru: Praxis, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Dimensões da globalização: o capital e suas contradições*. Bauru: Práxis, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. Bauru: Praxis, 2007.

- \_\_\_\_\_. *A condição de proletariedade*. Bauru: Praxis, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho*. Bauru: Praxis, 2013.
- \_\_\_\_\_. VIZZACCARO-AMARAL, André Luiz; MOTA, Daniel Pestana. *Trabalho e saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI*. São Paulo: LTr, 2011.
- BOLSTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *The crisis of neoliberalism*. New York: Harvard Press University, 2011.
- FAUSTO, Ruy. A pós-grande indústria nos *Grundrisse* (e para além deles). *Lua Nova*, São Paulo, Cedec, n. 19, nov. 1989.
- GOULEJAC, Vincent de. *Gestão Como Doença Social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida: Idéias&Letras, 2007.
- HOLZ, H., KOFLER, L. e ABENDROTH, W. *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.
- \_\_\_\_\_. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. São Paulo: Kairós, 1978.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- \_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Boitempo, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- NICOLAUS, Martin. O Marx desconhecido. In: BENJAMIN, César. *Marx e o socialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- OHNO, Taiichi. *O sistema Toyota de produção: além da produção em larga escala*. Porto Alegre: Bookman, 1997.

---

<sup>1</sup> Com a disseminação intensa e ampliada de *formas derivadas* de valor na sociedade burguesa hipertardia, o fetichismo da mercadoria e as múltiplas formas de fetichismo social tendem a impregnar as relações humano-sociais, colocando obstáculos efetivos à formação da consciência de classe necessária e, portanto, à formação da classe social do proletariado. Distinguímos “formas constitutivas” e “formas derivadas” do valor. Por exemplo, as categorias trabalho abstrato e exploração são categorias pertinentes do trabalho produtor de valor, sendo, desse modo, “formas constitutivas” do valor. Elas constituem, portanto, a forma-valor que impregna o trabalho produtivo no modo de produção capitalista. Entretanto, na medida em que se desenvolve, a forma-valor tende a se disseminar por instâncias não produtivas do modo de produção capitalista. Por isso, o trabalho abstrato e a exploração aparecem como “formas derivadas” do valor nas instâncias do trabalho “improdutivo” interior ou exterior à produção do capital. Enquanto formas derivadas do valor, trabalho abstrato e exploração são meramente “formas fictícias” que não contribuem objetivamente para a formação do valor e muito menos para a sua valorização (ALVES, 2013).